

Curitiba/PR, 20 de dezembro de 2021.

AO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIAO
AOS CUIDADOS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
RESPONSÁVEL PELO PREGÃO Nº PE 29/2021

Assunto: Ofício de Resposta para Diligências relacionadas ao Pregão Eletrônico PE 29/2021

Prezados Srs.

A ora Manifestante é empresa que atua no ramo de prestação dos serviços ora licitados, sendo que participa de processo licitatório representado pelo Edital de **Pregão Eletrônico PE 29/2021**.

Do que se depreende dos acontecimentos consignados em sistema eletrônico, a ora Manifestante restou convocada para apresentação de proposta, sendo que ulteriormente a convocação fez constar planilha de composição de preços.

Porquanto, objetivando esclarecer os procedimentos adotados, e tomando como base as condições fixadas pelo próprio Instrumento Convocatório, é que a empresa **SURICATE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**, CNPJ 08.055.277/0001-23, vem expor suas considerações:

Item 2.1 da Diligência:

2.1. Identificou-se divergência entre o FAP informado nas planilhas (item 2.2 C), no valor de 0,9500, e aquele constante na documentação apresentada, no valor de 0,9472.

Necessário considerar que, segundo o Ato Declaratório Executivo CODAC Nº 3, de 18 de janeiro de 2010, o FAP, a ser aplicado sobre as alíquotas do RAT, deverá considerar todas as 4 casas decimais.

RESPOSTA SURICATE: Prezados Srs. ok, item ajustado.

Item 2.2 da Diligência:

2.2. O seguro de vida (item 2.3 D) foi cotado no valor de R\$ 2,75 para todos os postos. Para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se a apresentação de apólice de seguro de vida em grupo contratado nos termos do instrumento coletivo indicado na proposta.

RESPOSTA SURICATE: Prezados Srs. tendo em vista que esta empresa atualmente não possui contrato firmado, vinculado à Convenção Coletiva de Trabalho indicada na Proposta de Preços. Encaminhamos no anexo, cotação recebida para o referido benefício. Reiteramos que o valor provisionado para o benefício é plenamente exequível e suficiente para o seu fornecimento.

Item 2.3 da Diligência:

2.3. Verificou-se que os valores indicados a título de “Contribuição Apurada” na planilha demonstrativa de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS divergem daqueles constantes nos recibos de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições e nos relatórios de Consolidação da Contribuição para PIS/PASEP e COFINS apresentados pela empresa. Assim, solicitam-se esclarecimentos sobre o cálculo apresentado, especialmente quanto à divergência dos valores referente à “Contribuição Apurada” na planilha e na documentação apresentada.

RESPOSTA SURICATE: Prezados Srs., o arquivo dos Registros Fiscais Consolidados traz a apuração pelo regime da competência. Ao que foi faturado naquela competência são aplicadas as alíquotas de PIS (1,65%) e da COFINS (7,60%). Já no arquivo da Consolidação da Contribuição é demonstrada a apuração do imposto no **período**, ou seja, o pagamento do imposto do PIS e da COFINS, feitos pelo recebimento das notas fiscais e não pela competência. A base de cálculo para o pagamento do imposto é o valor das notas fiscais recebidas daquela competência, por exemplo: as que foram recebidas de 10/2021, mais as notas fiscais de competências anteriores recebidas na competência 10/2021.

É de direito o pagamento do PIS e da COFINS somente após o recebimento do valor dos serviços prestados, conforme está previsto no Art. 112 da IN RFB nº 1911.

Seção II

Do Diferimento das Contribuições pela Contratada por Pessoa Jurídica de Direito Público, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou suas Subsidiárias

Art. 112. A pessoa jurídica contratada por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, no caso de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, pode diferir o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins até a data do recebimento do preço, na forma do art. 717 (Lei nº 9.718, de 1998, art. 7º, caput).

Por isso existe a diferença entre a planilha e o arquivo da Consolidação da Contribuição do SPED.

Item 2.4 da Diligência

Por fim, apesar de não haver vedação legal para tanto (Acórdão TCU nº 325/2007 – Plenário) e tal fato isolado não conduzir necessariamente à inexecutabilidade da proposta (item 9.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017), cabe ressaltar que os custos indiretos (item 6 A) e o lucro (item 6 B) cotados (1,89% e 1,00%, respectivamente) mostram-se consideravelmente inferiores aos percentuais adotados como parâmetro para o orçamento estimado da contratação (3,00% e 6,79%, respectivamente).

Exposto isso, ressalta-se a previsão editalícia de que é de exclusiva responsabilidade da licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo a licitante alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da Planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

RESPOSTA SURICATE: Prezados Srs., informamos que os percentuais cotados para custos indiretos e lucro são suficientes para a cobertura das exigências do edital. A provisão de percentuais inferiores aos estimados em edital decorre da estratégia de ampliação da operação de nossa empresa, que já possui diversos contratos por várias localidades do país. O alto volume operacional permite a diluição das despesas e consequentemente a oferta da proposta mais vantajosa à Administração Pública. Reiteramos que os valores são plenamente exequíveis.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para maiores informações.



Willian Lopes de Aguiar
CPF: 028.383.199-57
Representante Legal